

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA INVESTIGAR DENÚNCIAS DE FRAUDES CONTRA A RECEITA FEDERAL DE BANCOS E GRANDES EMPRESAS, MEDIANTE SUPOSTOS PAGAMENTOS DE PROPINAS PARA MANIPULAR OS RESULTADOS DOS JULGAMENTOS REFERENTES À SONEGAÇÃO FISCAL PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS – CARF

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja CONVOCADA a Sra. LYTHA SPÍNDOLA para prestar depoimento.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais, requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO da Sra. LYTHA SPÍNDOLA para prestar esclarecimentos a esta Comissão.

JUSTIFICAÇÃO

Ex-secretária-executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), é suspeita de ter recebido quase 1,5 milhão de reais em propina pelo envolvimento no esquema que resultou na extensão de medidas provisórias que favoreceram empresas do setor automobilístico. Segundo investigadores, Lytha Battiston Spíndola, exonerada no fim de 2012, recebeu, em 2010, um total de 506.790 reais em propina por intermédio do escritório de advocacia Spíndola Palmeira Advogados, de Vladimir Spíndola Silva e Camilo Spíndola, seus filhos. Outros 913.301 reais foram recebidos, entre 2011 e 2012, por meio da Green Century Consultoria Empresarial, outra empresa familiar dos Spíndola, totalizando 1,42 milhão de reais.

Os valores teriam sido pagos pela Marcondes e Mautoni, que está no centro da nova fase da Operação Zelotes. Vladimir Spíndola é apontado como sendo um dos parceiros de Edison Pereira Rodrigues, um dos sócios da SGR Consultoria, outra empresa que está no alvo das investigações.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, de março de 2016.

Deputado Alexandre Baldy

PTN-GO